Notas e Comentários

Persp. Teol. 34 (2002) 89-104

TEOLOGIA AFRO

D. José Maria Pires

Eis uma contribuição que jamais poderia ser solicitada pelos editores de uma revista católica se vivêssemos ainda nos tempos que antecederam a realização do Concílio Ecumênico do Vaticano II. Em anos préconciliares, falar em **"Teologia"** de religiões não-cristãs soaria quase como blasfêmia, uma espécie de escândalo para ouvidos pios. Tratando-se de negros, pior ainda. Os negros de África entraram no Brasil e na América Latina já reduzidos ao cativeiro. Foram vendidos nos mercados do Recife, da Bahia, do Rio e de Minas como mercadorias, **peças** de Guiné, **peças** de Angola, como se dizia então. Entre as "mercadorias" e seus compradores criou-se uma relação de dependência senhor x escravo. O comprador é dono, a mercadoria é posse. Tratando-se de mercadoria humana, o comprador não é apenas dono: é **"senhor"**. A essa relação de compra e venda (senhor x escravo), junta-se outra preconceituosa. O senhor é **superior** porque é dono O escravo é **inferior** porque é objeto adquirido. Não importa que se trate, no caso, de membro de família real africana ou se trate de um sábio ou profissional qualificado: como escravo é inferior e deve reconhecer-se e comportar-se como tal. O senhor poderá ser até uma criança. Deve ser tratado como senhor: **sinhozinho** ou **sinhazinha** com direito de exigir do escravo, da escrava o que bem entender.

Com a abolição da escravatura desaparece a primeira relação. Perante a lei, não há mais senhores nem escravos. A segunda: superior x inferior, por ser preconceituosa, permanece até que dela se tome consciên-

cia e se inicie um processo de "**purificação da memória"**. No Brasil e em outros países latino-americanos, branco tem complexo de superioridade frente ao negro e negro, frente ao branco, sente-se inferior. O preconceito sobrevive e não existe a tão proclamada democracia racial. No Brasil, o negro comum, o que não se notabilizou por ser rico, por ser formado em curso superior, por ser artista ou desportista renomado será sempre considerado como inferior ao branco e, em casos de dúvida, presume-se que o ilícito foi praticado pelo negro e não pelo branco. A não ser que se prove o contrário. Na era pré-conciliar, havia mesmo congregações religiosas que, por força de suas constituições, não podiam aceitar candidatos negros. A reforma pós-conciliar mandou que tais sinais de discriminação racial fossem banidos das constituições.

Todavia, uma lei, por si só, não extingue um preconceito.

Nesse estado coletivo de espirito, não admira que se considerem sem valor, ou na melhor das hipóteses, como de menor valor as expressões culturais dos negros. Faz menos de quinze anos, documento de uma de nossas Igrejas Particulares chegou a afirmar a inferioridade da cultura negra frente a outras culturas. Se a cultura é vista como inferior, com certeza a religião que é uma das mais fortes expressões culturais de um povo, será também vista como inferior. Inferior é pouco. Tratando-se de religião, tudo o que era prática dos índios ou dos negros foi tachado de satânico e não só devia ser menosprezado como inferior, mas proibido pelas leis civis e condenado como demoníaco. Fora exatamente assim que procederam os missionários que, por primeiro, nos trouxeram a mensagem de Cristo envolta em cultura européia. O Evangelho é palavra de libertação. A roupagem cultural que o reveste tem seus limites e pode até desfigurar a mensagem impedindo-a de atingir o mais íntimo do espírito das culturas autóctones.

Mesmo depois da Abolição, e já no século XX, forças policiais eram encarregadas de identificar locais secretos de celebração do culto aos Orixás e aos Ancestrais. Em 1966, quando iniciei meu ministério na Paraíba, ouvi mais de uma vez o capelão militar narrando façanhas de policiais que, conduzidos por ele, foram surpreender algum terreiro que funcionava clandestinamente alta noite. Tudo era quebrado e os responsáveis conduzidos à delegacia, onde se iniciava o processo-crime contra eles.

Nessa época foi apresentado um projeto de Lei na Assembléia Legislativa da Paraíba concedendo liberdade de exercício público aos chamados cultos africanos. Os católicos, e de modo especial o clero, esperavam que eu interferisse junto aos Deputados para que o projeto de Lei não fosse aprovado. Não interferi! Os Deputados, provavel-

mente temendo as conseqüências negativas que a aprovação pudesse trazer-lhes nas urnas, não votaram o projeto o que teve como conseqüência sua retirada da pauta por decurso de prazo. Neste caso, caberia ao Governador do Estado aprová-lo ou não. Esperavam os católicos minha ação junto ao Governador para que ele não aprovasse. Não fiz nenhuma gestão e, para alegria de todos os adeptos da Religião dos Orixás, o Governador João Agripino transformou em Lei o projeto. Desde então, os terreiros gozam na Paraíba dos mesmos direitos atribuídos aos demais grupos religiosos, não importando a denominação.

Este é apenas um exemplo da discriminação a que estavam sujeitos (e ainda estão) os descendentes de africanos no Brasil. Nisso esteve muito envolvida nossa Igreja Católica. Se a intolerância atingia até outros cristãos não-católicos e se estendia aos judeus, o que se poderia prever para os praticantes de religiões indígenas e africanas reconhecidas como pagãs e satânicas? Os espanhóis foram igualmente (ou mais) implacáveis na conquista do México com relação à religião dos astecas.

A boçalidade do negro

> *"Uns chegam ao Brasil muito rudes e fechados e assim continuam por toda a vida... A gente nascida no Brasil não serve para a Companhia, pela natureza e inclinação... Os frades bentos têm especial excomunhão ipso facto de não receberem nenhum nascido naquelas partes"* [1]

Com a desqualificação da cultura segue logicamente a desqualificação da pessoa. Para a sociedade portuguesa colonizadora, índio e negro eram raças inferiores. Chegou-se a duvidar se tinham alma racional. Um documento papal reconheceu oficialmente que negro e índio têm alma imortal. Mas não têm a mesma capacidade intelectual do branco. Por isso o Arcebispado da Bahia promoveu a elaboração de um catecismo, o mais simples possível, para os **rudes**, também chamados de **boçais**. Negro não tem inteligência para penetrar os mistérios da fé e aprofundá-los; negro não tem perseverança nem é capaz de guardar castidade. Portanto, negro não pode ser padre, não pode ser religioso; negra não pode ser aceita em Ordens e Congregações religiosas. Essa era a prática, geralmente justificada pelo ensinamento dos teólogos.

---

[1] A.J. ANTONIL, *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, São Paulo: Melhoramentos, 1923, pp. 91-92 e S. LEITE, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, t.2, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1938, p. 436, *apud* E. HOONAERT (Coord.) Comissão de História da Igreja na América Latina, Área Brasil, t. 2, *História da Igreja do Brasil, Primeira Época,* Petrópolis: Vozes, 1977, p. 270, notas 42.44.

Poucas vocações num país tão católico

Isso explica, em parte, a crise vocacional que sempre afetou a Igreja Católica no Brasil. Quando Pombal expulsou as Ordens religiosas, a Igreja ficou em situação precária. Índios e negros não eram considerados aptos para o sacerdócio e para a vida religiosa. Não havia vocações de brancos em número suficiente para ocupar os postos deixados vagos. A recomposição dos quadros nunca mais foi possível. Ainda vivemos esta contradição de sermos a maior nação católica do mundo com um clero reduzido. Temos 40 milhões de afro-brasileiros que se confessam católicos. E quantos sacerdotes negros temos? 500 aproximadamente. Quantos bispos negros? Não mais de meia dúzia. Religiosos e religiosas de raça negra temos mais. Entretanto, seu número é ainda muito modesto se comparado com nossas possibilidades. No corpo diplomático e nas Forças Armadas, a contradição se repete: não há proporção entre a população negra e sua presença em instituições de elite e, especialmente, em postos de comando nessas instituições. O Brasil é um país racista, temos que reconhecer ante as evidências. Mesmo depois da Abolição, houve leis fechando os portos brasileiros à imigração africana. O motivo alegado era a necessidade de branqueamento da população brasileira. Ainda em 1946, há apenas 56 anos, o Decreto-Lei n.º 7976, de 18 de setembro, estabelecia que "os imigrantes serão admitidos de conformidade com a necessidade de preservar e desenvolver o Brasil, na composição de sua ascendência européia" (!).

Sinais favoráveis

Surgiram sempre vozes na Igreja contrárias à escravidão. É verdade que o papa Nicolau V, em 1452, escrevia ao Rei de Portugal:

> *"... nós lhe outorgamos, pelos presentes documentos, com nossa autoridade apostólica, plena e livre permissão de invadir, capturar e subjugar os sarracenos e pagãos e qualquer outro incrédulo ou inimigo de Cristo, onde quer que seja, como também seus reinos, ducados, condados, principados e outras propriedades... e reduzir essas pessoas à escravidão perpétua"*[2].

É também verdade que esses poderes foram, depois, confirmados por Calixto III (1456), por Sixto IV (1481) e por Leão X (1514), poderes estendidos aos reis de Espanha.

Mas, felizmente, houve também papas que determinaram o contrário e tornaram sem efeito as disposições anteriores, favoráveis à escravi-

[2] NICOLAU V, Breve *Dum Diversitas*, de 16.06.1452.

dão. A Bula *Sublimis Deus*, de Paulo III, não deixa dúvidas a esse respeito:

> *"Os índios e todos os outros povos, de todas as raças que poderão vir a ser descobertos pelos cristãos, não devem ser privados de sua liberdade ou da posse de seus bens, mesmo que não estejam dentro da fé em Jesus Cristo. Todos os homens, de todas as raças, deverão gozar de sua liberdade, ser senhores de si mesmos e não será permitido a ninguém reduzi-los à escravidão. Em virtude de Nossa autoridade apostólica, declaramos nulo e sem efeito tudo o que tiver sido feito contrariamente a esta Bula"*.

Urbano VIII (1639) e Bento XIV (1714) retomaram, reforçaram e ampliaram as decisões de Paulo III. Urbano VIII chega a declarar automaticamente excomungado o católico que escravizasse alguém e Bento XIV manifestava sua tristeza ao saber que o Marquês de Pombal havia proibido, no Brasil, a publicação dos documentos papais que defendiam a liberdade dos negros. O mesmo Marquês de Pombal expulsava, em 1759, as Ordens religiosas de Portugal e de seus domínios. Só do Brasil foram expulsos mais de seiscentos jesuítas.

Esta foi a posição oficial da Igreja. Se houve documentos que favoreceram a escravidão, os que a condenaram são mais numerosos e mais bem fundamentados. Sendo mais recentes, revogam as disposições escravagistas contidas nos primeiros.

Teoria e prática

Lamentavelmente, porém, "a teoria na prática é diferente".

Já se aludiu ao fato de que as autoridades civis não permitiam que a população conhecesse a verdade com relação às posições oficiais da Igreja a respeito da escravidão. Por toda parte, os representantes do governo mantinham em vigor disposições já revogadas e se apoiavam nelas para perenizar o sistema condenado pelos papas mais recentes. Se ainda hoje a verdade é camuflada por aqueles que estão no poder, o que não dizer de um tempo em que a comunicação era por demais difícil e morosa. As casas religiosas e as cúrias diocesanas continuavam vivendo do trabalho de escravos e escravas. A justificativa era que se tratava de costume generalizado.

> *"Não é escandaloso de pagar as nossas dívidas em escravos, pois eles são a moeda corrente no país, assim como o ouro e a prata o são na Europa e o açúcar no Brasil"* [3] E acrescenta a mesma carta: *"Não po-*

[3] Cf. Carta dos padres jesuítas de Angola, 1593, em A.J. SARAIVA, *Inquisição e Cristãos Novos*, Porto: Inova, 1969, p. 1305, *apud* E. HOONAERT (Coord.) *Op. cit.*,p. 260, notas 18.19.

demos não mandar aos padres do Brasil as peças que eles nos pedem para o seu serviço e aquelas que servem a solver as nossas dívidas aos colégios de lá".

Nesse contexto, como poderiam as instituições eclesiásticas empenhar-se com seriedade na causa da libertação dos escravos negros? Em resposta às observações de alguns jesuítas que censuravam o fato de se pagarem dívidas enviando escravos, Vieira já sentenciava: "Sem Angola não há Pernambuco". É verdade que, também entre os missionários surgiram vozes condenando a escravidão. Foi o caso do Pe. Gonçalo Leite, da Companhia de Jesus. Segundo ele, "*nenhum escravo da África ou do Brasil é justamente cativo*". Esse padre foi mandado de volta a Portugal, em 1586. Sua posição incomodava e ele foi considerado "inquieto". Outro tanto aconteceu ao Pe. Miguel Garcia (1550-1614) que combateu a existência de escravos nas casas religiosas da Companhia.

Foi devolvido a Portugal por ser "mui afligido de escrúpulos".

Igreja e Abolição

Como instituição, a Igreja dos séculos XVI a XVIII nada fez para extirpar do Brasil a nódoa da escravidão africana. O líder abolicionista Joaquim Nabuco escreveu palavras amargas a respeito da participação da Igreja no processo de abolição. Amargas e justas essas observações:

"Os monges de São Bento alforriaram os seus escravos e isso produziu entre nós uma explosão de entusiasmo... Contudo grande número de padres possuem escravos, sem que o celibato clerical o proíba. Esse contato ou antes contágio de escravidão deu à religião, entre nós, o caráter materialista que ela tem, destruiu-lhe a face ideal e tirou-lhe toda a possibilidade de desempenhar na vida social do país o papel de uma força consciente. Entre nós, o movimento abolicionista nada deve, infelizmente, à Igreja... Nenhum padre jamais tentou impedir um leilão de escravos nem condenou o regime religioso das senzalas. A abolição teria sido obra de outro alcance moral, se tivesse sido feita do altar, pregada do púlpito, perseguida de geração em geração pelo clero e pelos educadores de consciência"[4].

Sopro renovador do Vaticano II

Na visão feliz e otimista do Beato João XXIII, o Concílio deveria ser um novo Pentecostes para arejar a Igreja e livrá-la da poeira acumulada no decurso dos séculos, permitindo-lhe voltar a ser um sinal, uma

4 J. NABUCO: *O Abolicionismo*, 1883, p. 115, apud E. HOONAERT (Coord.), *Op. cit*., p. 263.

luz para todos os povos. O Concílio teve intuições maravilhosas e promoveu uma revisão geral e profunda na Igreja e em suas estruturas. É verdade que regulamentações posteriores fizeram abortar mais de uma intuição conciliar e foram estreitando portas que deveriam ter sido ampliadas, principalmente com relação às culturas e à autonomia das Igrejas Particulares. Ultrapassando as barreiras levantadas nos últimos séculos, o Papa João XXIII convida a Igreja a um processo de refontização. E, dando um salto por sobre normas e tradições multisseculares, reconduziu a Igreja ao tesouro das primeiras comunidades cristãs e às reflexões dos Padres apostólicos e dos escritores dos primeiros séculos da era cristã. Esse mergulho no passado leva-nos a reencontrar o Cristo aberto a todos os homens e a todas as culturas. Um Cristo que veio para a salvação de todos. Por ser universal, humana e atual, sua mensagem cabe em todas as religiões e inspira soluções para todos os problemas sociais. *"Não há mais judeu ou grego, escravo ou livre, homem ou mulher, pois todos vós sois um só, em Cristo Jesus"*(Gal 3, 28). A Igreja só é perita em humanidade. Como a de Cristo, sua mensagem é profundamente religiosa, mas se traduz no social. Quase se poderia afirmar que é mais social do que religiosa. Na palavra de Cristo, o social é que será a matéria do julgamento definitivo: "Tive fome e me destes de comer..." E se toda Lei se resume no amor a Deus e ao próximo e esses dois amores são indissociáveis, a mensagem de Cristo cabe em qualquer religião que cultive esses valores como fundamentais. Nessa linha de reflexão, seria até necessário ampliar o conceito de ecumenismo, privilegiando nele a dimensão social. O ecumenismo não seria apenas ver com simpatia os cristãos de uma outra fé mas ver com simpatia os grupos religiosos que, a partir de sua fé, buscam ajudar os outros a superar os obstáculos à sua plena realização. Amplia-se o campo de conceitualização do ecumenismo e se desloca a tônica do religioso para o social: criar e incrementar fraternidade, solidariedade deveria preceder à preocupação com a unidade doutrinária. O ecumenismo deixa de ser apenas o relacionamento dos que caminham para Deus, seguindo Jesus Cristo por estradas diferentes, e se torna o esforço de encontro entre todos aqueles que se empenham no projeto de fazer que o mundo vá deixando de ser um vale de lágrimas e se aproxime do sonho de um paraíso terrestre. Como cantaram os agricultores do Araguaia: "Queremos terra na terra, já temos terra no céu".

Fundamentos de uma Teologia Afro

Estas reflexões iniciais permitem falar de uma Teologia Afro que vai pesquisar, na cultura religiosa dos povos africanos as expressões reveladoras desse duplo amor: a Deus e aos semelhantes. Não se vai buscar uma teologia elaborada tecnicamente. Mas o teólogo vai debru-

çar-se sobre uma prática e identificar nela os fundamentos daquilo que só tem explicação suposta a fé no Ser Supremo e a adesão aos Seus Mandamentos.

Dois pequenos fatos mostram como essa é a compreensão dos afro-descendentes. Realizava-se em Santa Maria, RS, o Intereclesial das Comunidades de Base. Em alguns grupos surgiram queixas de que nem todos os Bispos davam apoio às Comunidades Eclesiais de Base. No intuito de demonstrar o apreço da Hierarquia a essa nova forma de ser Igreja (ou, no dizer de Casaldáliga: "essa nova forma de toda a Igreja ser"), a Coordenação do Encontro resolveu que se faria a apresentação dos numerosos Bispos presentes: cerca de 50. Alguém, na Coordenação, sugeriu e foi aprovado que com os Bispos se apresentassem também os pastores e pastoras evangélicos presentes. Tudo bem. Começou o desfile. O Bispo de Santa Maria ia apresentando as pessoas e dizendo os nomes, a Igreja e o cargo. Nisto uma senhora negra se aproxima de mim e sugere que se inclua também a apresentação das mães de santo, dos pais de santo e dos pajés presentes. Não tomei a palavra mas me abstive de subir ao palco. Então aquela senhora subiu, pediu o microfone e fez a sugestão. O dirigente não deu ouvidos e continuou tranqüilamente a apresentação de Bispos e pastores como se nada houvesse acontecido. A assembléia reagiu imediatamente e criou-se um clima de discordância silenciosa que obrigou a suspender a sessão. No intervalo os Bispos se perguntavam: "O que queriam os afro-descendentes? Queriam que colocássemos em pé de igualdade Bispos, pastores e pais-de-santo?" Pois era realmente isso! No momento em que numa reunião de católicos, se abre espaço para pastores convidados, porque não dar o mesmo espaço aos representantes de religiões não-cristãs? O incidente provocou um ato de desagravo da Assembléia, desagravo que se concretizou na celebração penitencial da manhã do dia seguinte.

O outro pequeno fato foi a resposta dada pelos padres e bispos participantes do Encontro anual de Bispos, Padres e Diáconos negros. A Santa Sé nos havia enviado, trâmite CNBB, a proposta de elaborarmos um ritual afro a ser revisto e, possivelmente, aprovado por Roma para ser utilizado em celebrações de estilo afro. O grupo se recusou a dar resposta ao documento, alegando que não concordávamos em transformar em folclore religioso nossas tradições de fé. O primeiro passo não seria elaborar um roteiro de celebrações. O primeiro passo consistia em reconhecerem os valores evangélicos presentes na cultura religiosa afro. Só depois disto, poderíamos celebrar juntos esses valores na Liturgia.

E quais são esses valores evangélicos presentes na cultura religiosa dos africanos, trazidos para aqui como escravos e de seus descendentes? Poderíamos falar de grandes eixos da Teologia Afro? Quais são as

"sementes do Verbo"? Quais são "as preparações evangélicas" que podemos identificar nas expressões da cultura religiosa africana?

Criou-se uma convicção que se arraigou no coração dos católicos tradicionais a respeito da Igreja Católica: ela é a depositária única da verdade e de toda a verdade. O diferente ou não é verdade ou só o é parcialmente. Ainda recentemente um documento da Congregação para Doutrina da Fé negava que as Igrejas evangélicas pudessem ser realmente chamadas Igrejas por não possuírem a totalidade da Verdade revelada. Só a Igreja Católica é Igreja *pleno sensu*. As outras podem ser chamadas comunidades cristãs, não Igrejas. Abandonando essa visão que não nos parece coincidir com as atitudes de Cristo, gostaríamos de apontar alguns sinais evangélicos que desbordam especialmente das celebrações dos adeptos dos cultos afro. Se *"lex orandi est lex credendi"*, as celebrações são a expressão mais genuína da fé de uma comunidade.

O primeiro eixo foi salientado por Paulo VI na mensagem *Africae Terrarum*, n.º 8, na qual afirma:

> *"A idéia de Deus como causa primeira e última de todas as coisas é o elemento comum importantíssimo na vida espiritual da tradição africana. Esse conceito, percebido mais do que analisado, vivido mais do que pensado, exprime-se de modo bastante variado de cultura a cultura. Na realidade, a presença de Deus penetra a vida africana como a presença de um Ser superior, pessoal e misterioso"*[5].

Estas palavras autorizadas mostram a convicção de que a cultura religiosa africana é profundamente monoteísta. Não de um monoteísmo especulativo, mas prático e vivencial. O nome do Deus supremo poderá ser OLORUM (O Inacessível) ou NZAMBI (Aquele que diz e faz) ou KALUNGA (Aquele que reúne) ou PAMBA ou MANDAÚ. Ele é sempre o Inatingível, Senhor do céu e da terra. Os hebreus o chamavam *Elohim*, os gregos, *Theós*, os Romanos, *Deus*, os índios, *Tupã*.

Os Orixás

Sendo inacessível, ele age e se comunica através de suas energias, que poderiam ser consideradas divindades menores, inteiramente submissas a OLORUM. São os **orixás**, encarregados de agir no mundo em nome do Deus Supremo. Não seria correto afirmar que os africanos adoram os orixás. Seria o mesmo que dizer que os católicos adoram as imagens dos santos. Aliás os orixás da cultura africana não correspondem aos santos na Igreja Católica. Os escravos utilizaram as imagens dos santos como um artifício para enganar os não-iniciados

[5] PAULO VI, *Africae Terrarum*, nº 8, citado por R. R. de ASÚA ALTUNA, *Cultura tradicional banto*, Luanda: Secretariado Arquidiocesano de Pastoral, 1985, pp. 390-391.

que supunham estarem os escravos cultuando os santos de devoção de seus senhores. Na realidade, a leitura feita pelos escravos era completamente diversa da de seus senhores. Como não podiam materializar a representação de seus orixás, serviram-se de semelhanças externas aceitas pelos católicos. Estes pensavam que nossos antepassados africanos estavam honrando a Santíssima Virgem. Mas, por detrás da imagem de Nossa Senhora da Conceição, estava a pedrinha lembrando Iemanjá. Santo Antônio ou São Jorge representavam Ogum. Santa Barbara ajudava os afros a cultuarem Iansã etc. Se fossemos buscar uma aproximação maior no culto católico para os Orixás, diríamos que eles têm função semelhante não às dos santos, mas à dos anjos. São enviados de Olorum para as diversas tarefas junto dos humanos, especialmente a de proteção de cada pessoa que tem o seu anjo da guarda (religião católica) ou pertence a um orixá (cultura africana). Com uma diferença: a pertença ao orixá é muito mais comprometedora do que a devoção ao anjo da guarda. O africano se submete a longo e penoso processo de iniciação, preparando-se para receber o seu orixá. Cada orixá tem uma espécie de família, de filhos e filhas. Quem o recebeu torna-se filho de Ogum, filha de Iansã. O orixá acompanha, protege e guia seu filho em todos os passos da vida. Se os missionários tivessem tido a possibilidade de conhecer o universo religioso dos índios e, especialmente dos negros, ter-lhes-ia sido fácil entabular o diálogo que ajudasse os africanos brasileiros a descobrir que o grande Orixá é o Espírito Santo. Ele não se situa ao lado de outros do mesmo nível, mas é único e supremo. Ele não vem apenas a alguns de seus filhos. Ele toma posse de todos os filhos de Olorum e se torna o grande condutor de suas vidas. Ele se identifica com Olorum porque ele é: "o amor de Deus derramado em nossos corações pelo Espirito Santo que nos foi dado"(Rm 5,5) E por isso todos os filhos de Olorum devem deixar-se conduzir pelo grande Orixá, o Espírito Santo (Rm 8,14). Até mesmo porque negro e índio não fazem separação entre religioso e profano. Toda a vida é impregnada do religioso.

Os Ancestrais

Falamos dos santos... Existe algo na cultura religiosa afro que permita introduzir o diálogo a respeito dos santos? Existe sim. É o culto aos ancestrais. Em nossa visão de mundo, a morte não é o fim mas a passagem. Aqueles que nos amaram e se tornaram nossos modelos, terminada essa primeira fase da existência, não morreram, mas se tornaram invisíveis e passaram a um estágio superior de vida. Continuam perto de nós, a nos proteger como antes, mas, agora, entraram para o grupo de nossos ancestrais, nossa grande família. Nós os recordamos e pedimos sua intercessão. Nas celebrações reservamos um

momento bem emocionante para o culto aos ancestrais e, no terreiro, há um espaço a eles consagrado. Foram de certo modo "canonizados" pelas famílias, pelo clã a que pertenceram na primeira etapa de sua vida, a etapa da visibilidade. O que há de mal ou de errado nessa fé? Não vai na mesma linha do culto aos santos promovido pela Igreja Católica? Meus antepassados africanos teriam ficado agradecidos com o reconhecimento do culto dos ancestrais pelos missionários católicos. Por que cada tronco familiar não poderia ter entre os santos de sua devoção os antepassados, pais, mães e outros parentes próximos que se destacaram pela dedicação e pelos bons exemplos com que edificaram sua descendência? Quando os saduceus interpelaram Jesus a respeito da ressurreição em que eles não acreditavam, a resposta apelou para Abraão, Isaac e Jacó. *"E quanto à ressurreição dos mortos, não lestes o que Deus vos disse: 'Eu sou o Deus de Abraão, o Deus de Isaac e o Deus de Jacó?' Ele é Deus não de mortos mas de vivos"* (Mt 22, 31-32). E Abraão desejou ver o me dia; viu e se alegrou". Se Abraão, Isaac e Jacó e os patriarcas dos hebreus, antepassados de Jesus segundo a carne estão vivos, por que seria diferente com nossos patriarcas e matriarcas africanos? Nada mais apropriado para justificar o culto aos ancestrais do que o culto aos santos na Igreja Católica.

A família

Outro eixo importante que pode permitir o diálogo teológico é a família. A família não se constitui apenas pela união do homem e da mulher. O congraçamento, a solidariedade entre os dois troncos é fundamental para a estabilidade da nova família que se inicia na união entre um homem e uma mulher. Não basta que dê certo entre os dois. É necessário que dê certo também entre as duas famílias de que procedem esses jovens noivos. Por isso, a experiência de coabitação pré-matrimonial é indispensável. Antes de consolidarem definitivamente o casamento, os dois devem conviver por tempo mais ou menos prolongado para verificarem se um foi realmente aceito na família do outro. A experiência pre-matrimonial não se assemelha ao que se vê hoje de permissividade entre a juventude ocidental, mas é algo assumido com responsabilidade envolvendo as famílias e atribuindo mais profundidade e extensão ao compromisso matrimonial. Não basta que tudo dê certo entre os dois. É necessário que a integração dos dois se faça também nas respectivas famílias. Sem isso, o casamento não se consolida e os nubentes deverão separar-se e buscar união mais promissora. Esta sim, é que se tornará indissolúvel.

Nem sempre será fácil adequar as normas canônicas a esses contextos culturais. Nesses casos deveria funcionar o princípio da inculturação do Evangelho. Isso exigiria maior flexibilidade nas leis e maior respeito à

autonomia de que deveriam gozar as Igrejas Particulares para se adaptarem às normas gerais respeitando a cultura de cada povo. Uma antropóloga que, anualmente, passava suas férias em uma Nação indígena, se irritava com as normas da Igreja, exigindo que o cacique, para receber os sacramentos, abandonasse três de suas quatro mulheres e ficasse com uma só delas. A antropóloga dizia que ele, para ser aceito como cacique, deveria provar que tinha condições de alimentar maior número de famílias. O ter quatro esposas não era sinal de dissolução moral, mas condição para ser respeitado por seu povo do qual fora constituído chefe. E uma religiosa africana, neoprofessa de Congregação ocidental pediu a suas Superioras licença para não fazer votos perpétuos, mas renovar anualmente os votos temporários. Ela explicava: "No dia em que eu fizer votos perpétuos, estou renunciando definitivamente à maternidade e serei excluída de meu povo por ter me recusado a contribuir para seu crescimento. Enquanto faço voto de castidade por um ano, a porta continua sempre aberta e continuo sendo considerada parte de meu povo". Família e prole deixam de ser assunto exclusivo dos esposos; passam a ter uma dimensão comunitária e dizem respeito a todo o clã.

O lugar da mulher

Esses fatos levam à consideração do lugar da mulher na cultura religiosa africana. Costumamos dizer que "terra e mulher têm axé", isto é força, fecundidade, valor. Da terra se tira quase toda a alimentação para os seres vivos. Ela tem axé. A mulher é fonte e principio da vida humana que ela alimenta com o próprio leite, guarda e defende com carinho. Principalmente na cultura banto, a importância da mulher é ressaltada no culto. Uma mulher é a dirigente, a dona do terreiro, a mãe de santo. É considerada mãe de todos os iniciados no seu terreiro. Ela e suas filhas de santo comandam a celebração do candomblé, preparam e oferecem os dons aos orixás e, no final, comungam dos dons oferecidos e os repartem com todos os participantes. O pai de santo tem também sua função, mas é secundária. Enquanto a celebração prossegue, ele faz os passes e cumpre todo o ritual da magia. Aliás a magia, no culto africano, não tem o sentido pejorativo que se lhe atribui geralmente. Ela consiste nos gestos, nas palavras e outras ações que visam a afastar as doenças e os maus espíritos, bem como a transferir para os inimigos a ação desses maus espíritos. A magia trabalha com o emocional e procura influir na região mais profunda do ser. O feiticismo e os malefícios estão na área da magia, assim como a cura de enfermidades e a libertação de **encostos** ou feitiços. O respeito e a quase devoção à mãe de santo não se limita ao espaço do culto. Onde quer que se encontre, é venerada pelos seus "filhos". Eu participava de um encontro com representantes de cultos africanos em Salvador.

Era no tempo do Cardeal Brandão Vilela que buscava nesses encontros os pontos que permitissem um diálogo verdadeiro, em que ambas as partes tenham o que dizer e o que aprender com relação à outra parte. Chega um pouco atrasado o Prefeito de Salvador. Antes de se apresentar ou de justificar o atraso, ele percorreu o olhar atento pela Assembléia e descobriu a um canto do salão a mãe de santo do terreiro em que ele era iniciado. De imediato atravessou a sala, ajoelhou-se diante daquela senhora e beijou-lhe respeitosamente a mão. Só depois se apresentou e buscou um lugar para participar do encontro.

Aqui, talvez, seja a Igreja Católica a ter o que aprender da religião afro. Principalmente no culto, aparece a discriminação de que nós, católicos, não conseguimos nos libertar. O exemplo que mais me faz sofrer é o dos ministérios não-ordenados. Todos sabemos que o número de catequistas mulheres é muito maior do que o de catequistas homens, e que são muito mais numerosas as ministras extraordinárias da comunhão eucarística do que os ministros. No entanto, quando se trata de dar caráter permanente a tais ministros, a mulher fica inexplicavelmente excluída. Somente homens, varões, ***viri,*** como diz o texto latino do Cânon 230, 3º do atual Código de Direito Canônico, podem ser investidos nos ministérios de leitor e de acólito.

Na sociedade civil, não existe hoje nenhum campo de que a mulher esteja excluída. Ela pode pleitear, em absoluta igualdade com o homem, seu ingresso nas atividades políticas, judiciárias, profissionais e esportivas. Depende de gosto e competência. Só a Igreja Católica faz exigência de gênero para o exercício de cargos eclesiásticos. O dialogo macroecumênico poderia levar a um processo de libertação nesse campo em que Jesus demonstrou uma grande liberdade com relação à cultura do seu tempo e abriu perspectivas de superação de toda discriminação com respeito à mulher. Mas, aos poucos, a Igreja deixou de dar seqüência à prática de Cristo e se fixou no tempo, perdendo a possibilidade do profetismo, nesse particular.

O terreiro

Todas as sementes do Verbo, até aqui apresentadas, têm sua visualização no candomblé que, no Brasil, é uma espécie de protótipo das expressões culturais das religiões africanas, trazidas pelos escravos. O candomblé se realiza no **terreiro,** o lugar do culto. Seu nome vem de terra, na qual ele está edificado. Para marcar o sentido religioso da terra, celebra-se o culto em cima da terra batida (o terreiro). Nele se entra a pés descalços, para que o corpo tenha contato direto com a terra e receba dela o axé. O terreiro é lugar de celebração, mas também de encontro, de confraternização, de contato com o sobrena-

tural, o invisível. Todos são bem-vindos e convidados a participar desse tempo de confraternização entre os dois mundos o visível e o invisível que vai tornar-se perceptível aos sentidos. Não há leituras, não há discursos, não há distinção entre corpo e espírito. É a pessoa toda que participa: corpo e alma. Vai se criando um clima que envolve a todos emocionalmente e alguns podem entrar em transe, fenômeno que pode acontecer na Igreja Católica e recebe o nome de êxtase, ou seja, a perda de contato com o mundo visível circundante. A mãe de santo conduz o trabalho: a invocação dos orixás, bem como, o momento em que devem despedir-se para que seus filhos ou filhas voltem ao contato com o mundo visível circundante.

É sempre uma confortadora experiência religiosa que não esgota as pessoas. Parece até alimentá-las e fortalecê-las porque depois de passar muitas horas no candomblé, conseguem, pela manhã retornar a suas tarefas ordinárias como se tivessem passado a noite em um sono reparador. O Cristo que passava noites em oração ao Pai, não se mostrava cansado ou impaciente, quando vinham procurá-lo ao amanhecer e o encontravam em lugar afastado, em oração.

Acredito que a evolução religiosa e social do Brasil teria tomado outro rumo, se nossos primeiros catequistas tivessem tido a possibilidade de vislumbrar o grande significado evangelizador do terreiro e tivessem tido um pouco de tolerância com as mães de santo. Hoje poderíamos ter milhões de pequenas comunidades, de terreiros que manteriam os grupos religiosos unidos e solidários vivendo não apenas normas e cumprindo obrigações, mas traduzindo, na vida, a experiência religiosa vivida nos terreiros que se teriam tornado verdadeiras comunidades eucarísticas.

O quilombo

Se o terreiro é o grande marco religioso dos escravos africanos no Brasil, o **quilombo** é seu marco político mais destacado. Três negros fugidos ou libertos do cativeiro já formam um quilombo, cuja função consistirá em postar-se à margem das estradas para surpreender e atacar viajantes com o objetivo de obter armas, munições e mantimentos. Com as armas procuram libertar outros escravos. Quando o quilombo atinge certa dimensão, procuravam estabelecer-se em terra fértil e de difícil acesso e, aí, implantavam definitivamente o quilombo.

Produzia-se tudo ou quase tudo o que fosse necessário para a vida de uma comunidade. A lavoura era a mais diversificada possível: milho, feijão, arroz, mandioca, legumes e verduras. Cultivava-se o algodão que as mulheres fiavam e, nos teares, faziam os tecidos. Tingiam as

peças, usando barro e cascas de árvores. Faziam as roupas, as toalhas e outros artefatos de pano. Do barro e da pedra sabão fabricavam todos os utensílios. Criavam-se animais domésticos e o gado suficiente para a carne e o leite. Enfim, o quilombo apresentava uma grande diversidade de trabalho, o que não acontecia com os colonizadores que praticavam a monocultura.

Apoderar-se de um quilombo trazia duplo benefício: escravos eram recuperados para o trabalho nas fazendas e os vencedores se apropriavam dos mantimentos e utensílios. Por isso nos quilombos havia também a preocupação com a defesa. O arraial era fortemente defendido e os fabricantes de armas tinham trabalho constante.

Com relação ao trabalho, havia uma relação nada mercantil: todos deviam contribuir de acordo com sua capacidade e cada um recebia de acordo com sua necessidade. Não havia empregadores nem empregados. Por outra parte, o quilombo estava aberto para acolher não-negros com a condição de que aceitassem a lei do quilombo. Índios perseguidos e mesmo brancos em dificuldade eram acolhidos no quilombo. Quilombos surgiram em toda a extensão territorial do Brasil. Onde houvesse escravos africanos aí aparecia um quilombo. O mais celebre e de mais longa duração foi o quilombo dos Palmares que sobreviveu durante praticamente todo o século XVII e formava uma confederação de cerca de trinta quilombos.

Zumbi era o chefe de um desses quilombos, o sediado na Serra da Barriga. Como muitos outros negros nascidos no Brasil teve uma formação cristã e se comportava como cristão. Fora educado por um sacerdote português que atuava em Porto Calvo, Alagoas. Seu mestre e educador dava dele um testemunho favorável de menino (**moleque** era com os brancos chamavam os meninos negros) inteligente e que, aos dez anos, já conhecia bem o português e o latim. Aos 15 anos Zumbi deixa a casa de seu protetor e foge para o quilombo do qual nunca mais se afastou.

Como Zumbi, muitos outros quilombolas eram católicos e queriam ter, no quilombo o mínimo de vida religiosa: batizar os filhos, casar-se religiosamente, assistir vez por outra a uma missa. Os Bispos não permitiam que sacerdotes dessem assistência religiosa aos quilombos. Alegavam que os quilombolas viviam em estado de pecado mortal, por se terem subtraído à obediência a seus legítimos senhores. O recurso encontrado consistia em seqüestrar algum sacerdote, levá-lo ao quilombo onde fazia os atos de seu ministério e era reconduzido são e salvo à sua residência.

Como os terreiros precederam as comunidades eclesiais de base como comunidades de fé, os quilombos nos deixaram o exemplo de como

pode haver relação de trabalho que não seja necessariamente a relação empregador x empregado. Num tempo em que os progressos tecnológicos liberam um número sempre maior de pessoas que, na expressão da CNBB, se tornam "massas sobrantes", os desempregados poderiam reunir-se em quilombos formando unidades autônomas de trabalho. E as comunidades de fé e oração poderiam tornar-se também núcleos inspiradores de comunidades de trabalho.

A cultura religiosa afro coloca exemplos para os cristãos de como é possível superar a pobreza escandalosa, de modo que "não haja necessitados entre eles". E sem cobiçar transformar "pequenos negócios em grandes empresas", é possível produzir para suprir as próprias necessidades, colaborar com os irmãos necessitados e ainda comercializar os excedentes.

Concluindo...

Estou consciente de que a enumeração desses eixos não traz nada de novo à reflexão teológica. Tudo isto está na Palavra de Deus e tudo isso já terá sido desenvolvido com mais clareza e mais precisão pelos Padres da Igreja em seus escritos e pelos teólogos em tantas obras. Se não traz novidades especulativas, traz um exemplo de realização prática do Evangelho. Exemplo que, superado o preconceito, lembra a vida das primeiras comunidades dos discípulos e discípulas de Jesus. Na medida em que as populações negras tomarem consciência desse rico patrimônio de nossos ancestrais e o puserem em prática teríamos, quem sabe, uma reedição do desígnio de Deus de salvar todo o povo através dos pequenos e com meios insignificantes. Não deveria a Pastoral afro incipiente assumir, como sua, essa missão?

D. José Maria Pires é bispo emérito da Diocese de João Pessoa, Paraíba; atualmente exerce as funções de pároco em Córregos e Santo Antônio do Norte, Diocese de Guanhães, MG, e tem uma extensa agenda de conferências, assessorias e retiros. Pertence a vários grupos de articulação dos afro-descendentes. Entre suas obras recentemente publicadas está o livro *Do Centro para a margem*, Petrópolis: Vozes, 1980, 2ª edição.

Endereço: Rua Fernando Magalhães Gomes, 273 — Itapoã,
31710-020 — *Belo Horizonte* — MG
e-mail: jomapir@yahoo.com.br